



Assembleia Municipal de Setúbal

Moção

**Em defesa do Serviço Nacional de Saúde**

Durante décadas, as políticas de saúde promovidas por diversos governos tiveram como consequência a transferência progressiva das prestações de saúde do Estado para o sector privado.

Com o anterior governo PSD-CDS, esta opção política foi aprofundada e levada a extremos, com o subfinanciamento crónico do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o fecho e a transferência de valências hospitalares, a desvalorização social e profissional dos trabalhadores do SNS, a diminuição dos meios técnicos (falta de material), logísticos (falta de manutenção) e humanos, designadamente de médicos, enfermeiros e técnicos administrativos, a redução da oferta dos cuidados primários, o aumento das taxas moderadoras, isto tudo, sob o pretexto do défice e da racionalidade técnica, da necessidade de cortar as chamadas «gorduras do Estado».

A finalidade desta estratégia visou a criação de dois sistemas de saúde distintos, um público, com garantias mínimas, dirigido aos utentes mais desfavorecidos, outro privado, dirigido àqueles que dispõem de seguros de saúde.

No discurso proferido na inauguração da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Melgaço, o Primeiro-Ministro António Costa disse que a melhor forma de homenagear o SNS *“não é simplesmente defendendo-o, é também desenvolvê-lo e desenvolvê-lo significa apostar nestas duas dimensões: a montante, cuidados primários, unidades de saúde familiar e médicos de família; a jusante, cuidados continuados para todos possam viver com doenças crónicas ou envelhecer com maior dignidade”*.

Mas a realidade está longe do discurso que tanta esperança traz aos utentes do SNS.

No nosso distrito, na nossa cidade, no nosso bairro, este elo de ligação, entre os cidadãos e o SNS, que devem ser os cuidados de saúde primários, não assume de maneira satisfatória a suas funções de promoção da saúde, de prevenção da doença, de prestação de cuidados e de articulação com os restantes serviços de saúde.

No Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arrábida dois casos chamam a nossa particular atenção, nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de São Sebastião e de Santos Nicolau.





## Assembleia Municipal de Setúbal

A falta de médicos de família e a reorganização administrativa destas unidades de saúde obrigam os utentes a suportar intermináveis filas de espera, que se formam logo de madrugada, para ter acesso a uma consulta ou a outros serviços dependentes da Medicina Geral e Familiar (MGF), espera essa, muitas vezes, sem resultado, obrigando os doentes a recorrer ao serviço de urgências do Hospital de São Bernardo ou a um serviço privado de prestações médicas.

Assim:

Considerando que a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, a 19 de dezembro de 2014 aprovou a sua adesão à plataforma Península de Setúbal em defesa do Serviço Nacional de Saúde;

Considerando que o acesso aos cuidados de saúde primários está restringido a muitos cidadãos que deles precisam e aos quais têm direito e, em particular, os milhares de utentes sem médico de família;

Considerando que o fator de proximidade é essencial para os utentes menos favorecidos, quer por condições económicas, quer por questão de idade, mobilidade ou de transporte;

Considerando que podemos prever um período de mais movimento nos serviços de saúde devido à aproximação das estações frias;

Considerando que o atual Ministro da Saúde reconhece que Setúbal, como Sintra, Barreiro e o Algarve, *“têm sido territórios profundamente desprotegidos de ponto de vista do acesso aos cuidados de saúde primários”*;

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária, a 30 de Setembro 2016, delibera:

- 1- Reafirmar a exigência do cumprimento e efetivação do Direito à Saúde, nos termos previstos na Constituição da República Portuguesa;
- 2- Reafirmar o seu compromisso em defesa do Serviço Nacional de Saúde;



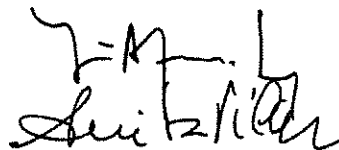
# CDU

## Assembleia Municipal de Setúbal

- 3- Solicitar uma reunião ao Sr. Ministro da Saúde com o objetivo de alertar para as situações ocorridas no concelho e exigir a resolução, no mais curto prazo possível, dos problemas mais prementes do SNS em Setúbal, como é o caso das situações que se verificam nas UCSP de São Sebastião e Santos Nicolau, e a melhoria da oferta dos cuidados de saúde do ACES Arrábida, permitindo a todos os que dele necessitem beneficiar de prestações de cuidados de saúde de qualidade e verdadeiramente acessíveis a todos.

Setúbal, 30 de Setembro de 2016

Os eleitos da CDU,



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

